

Divida Externa

Serenidade e altivez

20 FEV 1987

O Brasil entrou em área de turbulência na rota que está seguindo para negociar a nossa dívida externa. Diante dessa realidade, a prudência recomenda que todas as medidas de segurança sejam adotadas com vistas a garantir o melhor desempenho possível do País, diante das alternativas de risco que possam comprometer a estabilidade de nossa economia.

A Nação deve mobilizar todas as suas forças, buscando uma unidade de ação que demonstre a saciedade que povo e Governo estão solidários, agindo em bloco, conscientes, de que o melhor será feito, dentro das disponibilidades realizadas a partir do contencioso, que exclua a recessão econômica, o desemprego e novos sofrimentos para a sociedade.

O País dispõe-se a cumprir as suas obrigações e honrar os compromissos assumidos com o aval do Tesouro Nacional. Como tomador maior do endividamento e seu responsável exclusivo — assumindo a dívida pública e privada, por força do nosso gerenciamento cambial — o Governo não se nega a pagar. Todavia não se dispõe ao suicídio de uma recessão que, fatalmente, terá repercussões imprevisíveis em nossa ordem econômica e social.

Feitas as contas e projetadas as receitas cambiais, o Tesouro Nacional fecha um balanço onde simplesmente não existem rubricas de receita que garantam saldar o serviço da dívida. O que fazer, o que buscar?

Não é de agora a definição brasileira de que o País não se submeterá a imposições que representem castigos imerecidos para

o povo, notadamente para as categorias sociais de baixa renda. O presidente José Sarney, em pronunciamento feito da tribuna da Organização das Nações Unidas, manifestou-se a respeito, ao anunciar que não levaria o povo ao sacrifício e que iria desenvolver gestões onde essa sua decisão iria prevalecer. Em ressonância às palavras do Chefe da Nação, também confirmaram esses propósitos todas as autoridades que participaram; até aqui, das negociações.

Não se trata, como se vê, de bravata de última hora, ou de colocações de circunstância. Também não é nosso propósito iniciar um processo de retaliação e nem está em causa uma predisposição para a levandade ou a busca da via oblíqua que acoberte a irresponsabilidade.

A Nação trabalha obstinadamente para recuperar o equilíbrio interno. Os esforços se multiplicam para atender ao mercado externo, mantendo a pauta de exportações nos limites de satisfação para cobrir as trocas internacionais. Tanto para a saída quanto para a entrada de bens. Causas adversas fizeram frustrar o Plano Cruzado que, à época de seu lançamento, mereceu aplausos de toda a imprensa mundial. E recebeu, ao longo de sua fase de êxitos, referências gratificantes aos resultados então colhidos. Nesse particular, os testemunhos são consagradores e irrecusavelmente favoráveis.

Em que pese esse posicionamento otimista, o capital internacional manteve ao longo de 1986, um comportamento contraditório,

ampliando as remessas para o exterior e diminuindo para níveis críticos o ingresso de divisas em favor de projetos de interesse de nossa economia. Ainda dentro desse contexto de contradições, o nosso principal parceiro, os Estados Unidos, mantiveram um processo restritivo para numerosos itens de nossas exportações, sem mencionar o aspecto gravíssimo da redução dos preços pagos às mercadorias brasileiras.

Os povos em desenvolvimento mantêm um endividamento externo já superior a US\$ 850 bilhões. Essa quantia fantástica resulta em encargos que estão acima de qualquer capacidade de pagamento. Dentro dessa visão, o Brasil entende que os compromissos estão de pé, para cumprir os cronogramas de desembolso. Os dispêndios para honrá-los, todavia, devem ser objeto de uma ampla negociação, onde sejam medidas e avaliadas, em via dupla, as condições para saldá-las.

A Nação não deseja a moratória, que seria contrária à nossa índole e incompatível com a melhor tradição que até aqui tem mantido, em destaque o conceito do País no contesto financeiro internacional. Também não a recusará na hipótese da falta de alternativa. Esse é o quadro real que se projeta a partir das posições oficiais de nossas autoridades maiores onde se destaca a maior delas, representada pelo presidente José Sarney. Estamos nessa luta armados pela determinação, pela seriedade e pelas certezas que nos animam de estar defendendo a melhor causa.

Com serenidade e altivez.